

Universidade de Coimbra ~ anaicmartins@gmail.com

Numa altura em que o projecto de integração comunitária extravasou as coordenadas económicas como propósito central, o Velho Continente revela-se um objecto de estudo de natureza verdadeiramente multidisciplinar. A hipótese normativa de uma identidade europeia tem suscitado particular interesse no âmbito das Ciências da Comunicação, traduzido sobretudo na análise dos media enquanto veículos de representação de um “eu” e de um “outro”. O presente estudo procura direccionar este substrato teórico para a cobertura dos referendos à Constituição Europeia em jornais europeus de referência, adoptando a teoria dos enquadramentos como ferramenta metodológica. O objectivo é clarificar o modo como os jornais procedem à articulação de esferas de pertença distintas (nacional e europeia), ampliam os espaços comunicativos ortodoxos à escala da Europa e, também a este nível, potenciam novas estratégias discursivas de mediatização.

Palavras-chave:

Enquadramentos, identidade, imprensa, referendos

Mais do que um continente, a Europa é um conceito (Barreno, 2000: 105); mais do que uma área geográfica, é um sistema de valores ‘civilizacionais’ (Delanty, 1995: 30) ou uma realidade humana (Almeida, 2005: 21); mais do que um conjunto de fronteiras físicas, é uma mistura de limites ideológicos e psicológicos (Kevin, 2003: 10); mais do que uma entidade territorial, é um espaço histórico, político e cultural (Risse, 2003: 2); finalmente, mais do que um mero grupo de Estados, é uma ideia de ‘comunidade’ (Vasconcelos, 1999: 47-48). Não obstante as suas diferentes formulações, as perspectivas destes autores parecem evocar uma noção-chave no contexto das teorias do nacionalismo: as ‘comunidades imaginadas’ de Benedict Anderson, cujos membros se encontram unidos pela partilha de um sentido de pertença e lealdade voluntárias.

Especialmente a partir da década de 90, diversos estudos têm sido gizados sobre a hipótese normativa de uma identidade europeia (Delanty 1995, 2000; Delanty e Rumford, 2005; Herrmann *et al*, 2004; Risse, 2002, 2003) e a sua ligação às identidades nacionais (Giesen, 1999; Jenkins e Sofos, 1996). Os denominadores comuns deste debate incluem a urgência de repensar conceitos identitários à luz das actuais mudanças na vida social (cf. Brubaker e Cooper, 2000; Giddens, 1991), juntamente com a premissa de que uma identidade europeia deverá extravasar a condição de um processo mínimo de identificação sem adoptar, porém, um carácter exclusivo ou hegemónico.

Gerard Delanty e Chris Rumford (2005: 51-52) resumem a noção de identidade de acordo com quatro princípios fundamentais: o seu carácter social e construído; a sua dimensão narrativa; a sua existência num contexto relacional entre o “eu” e o “outro”; e a sua natureza múltipla. Ícone das posições construtivistas, que encontram no discurso da ‘invenção’ a sua mais poderosa metáfora, consideramos ser esta a abordagem que melhor exprime a fase actual da integração europeia, enquanto construção contínua e inacabada que se libertou do espartilho económico como orientação última do seu projecto de unidade e se deparou com uma encruzilhada no seu novo rumo político. O aparente beco sem saída da UE, trazido a lume pela rejeição do Tratado que estabelece uma Constituição para a Europa (TCE), vulgarmente designado por Constituição Europeia, nos referendos francês e holandês mais não é, aliás, do que um espelho fiel da fragilidade e hibridismo implícitos na noção de identidade europeia.

2. ... Ou não ser Europa

A ideia de uma identidade europeia funda-se numa natureza necessariamente paradoxal e contraditória, organizada segundo três eixos distintos, mas complementares: a) diversidade; b) passado histórico; c) natureza “multinível”.

O primeiro e mais óbvio entrave a uma definição consensual reside na pluralidade de elementos que compõem a actual Europa em geral, e a UE em particular. Com uma superfície superior a 4 milhões de km² e quase 500 milhões de habitantes, a União enforma hoje um grupo heterogéneo desprovido dos principais requisitos para a criação de uma base identitária, nos moldes do Estado-nação. A ausência de uma linguagem, história, religião ou sistemas educacionais e mediáticos comuns – no fundo, impressões digitais medulares de qualquer “cultura” numa acepção ortodoxa – tem impedido a Europa de reproduzir, a uma escala quase continental, os arquétipos nacionais (cf. Schlesinger, 1994; Smith, 1995; Delanty e Rumford, 2005), pese embora a invenção de marcadores simbólicos como a Bandeira ou o Hino Europeus, o Dia da Europa e o euro.

Muitos autores entrevêem, nos meandros desta diversidade, a percepção do passado europeu como um trajecto tão repleto de exclusões como de inclusões. A literatura que explora a problemática da identidade europeia enfatiza que o Velho Continente sempre se construiu discursiva e institucionalmente por oposição aos que viviam fora da comunidade (Barreno, 2000; Kumar, 2003: 9; Vasconcelos, 1999: 47-48), isto é, aos “outros” (De Grazia, 2001: 3; Schöpflin, 1995: 40) ou, simplesmente, ao “não-europeu” (Delanty, 2000: 115). A Europa pode ser, de facto, percebida como sobrevivente de séculos de disputas sangrentas, travadas ferozmente entre as autonomias nacionais, que abriram fendas profundas e imprimiram marcas indeléveis nos projectos de unificação subsequentes. Mesmo nos nossos dias, como argumenta Philip Schlesinger (1997: 68),

“Construir uma natureza europeia (*Europeanness*) torna-se especialmente problemático pelo facto de ter de emergir da longa história de identidades colectivas altamente conflituosas ao nível dos inúmeros Estados-nação”.

Assim, a Europa transforma-se num puzzle de matizes nacionais, cujas peças se encontram europeizadas em diferentes graus (Imig e Tarrow, 2001; Koopmans e Statham, 2000), desdobrando-se numa panóplia de potenciais relações com essa entidade supranacional (Kumar, 2003: 11). Revela-se, desta forma, o terceiro obstáculo à definição de uma identidade europeia: a sua compreensão apenas será exequível sob o pano de fundo de múltiplos níveis de pertença. Sem pôr em causa o Estado-nação enquanto “forma política dominante” (Rumford, 2003: 26), o pressuposto de que os indivíduos possuem várias identidades para lá da nacional é hoje consensualmente aceite (e.g. Díez Medrano e Gutiérrez, 2001), impondo-se ao antigo e falacioso “jogo de soma zero”, que fazia corresponder à vitória da Europa uma inevitável derrota das equipas nacionais. Eurobarómetros

recentes demonstram, aliás, como esta tese foi claramente ultrapassada, ancorando-se ao número crescente de pessoas que se identificam com a Europa, ou mesmo com os seus países e, simultaneamente, com o Velho Continente (CE, 2001^b: 10-12; CE, 2002: 59-62).

A ideia de pertença múltipla insufla os trabalhos de inúmeros cientistas, empenhados na tentativa de explanar o modo como as distintas camadas identitárias se relacionam. Enquanto Zygmunt Bauman (2003) se reporta a esta interacção dinâmica através do conceito de “identidades líquidas”, Thomas Risse, para quem “tanto a Europa como a nação constituem comunidades imaginadas” (Risse, 2003: 2), desvenda três caminhos para pensar as identidades múltiplas: o modelo das *matrioskas russas*, onde aquelas existem como círculos concêntricos; a teoria das *identidades transversais*, estabelecendo que indivíduos particularmente imbuídos de um sentimento de pertença face à Europa (por exemplo, oficiais da UE) a entendem do mesmo modo; e, finalmente, a metáfora do *bolo mármore*, no qual as identidades não podem ser separadas de forma estanque, já que se combinam e fundem entre si (Risse, 2003: 5-7). Para o autor, esta última hipótese torna-se na que melhor descreve o espírito mutável da Europeização, integração europeia e identidades europeias, pelo facto de pressupor uma pluralidade de significados implicados por diferentes receptores. Em última análise, é precisamente para o estudo das identidades a partir deste prisma construtivista que a teoria dos enquadramentos poderá dar um contributo significativo.

3. Enquadramentos e Identidade

Omnipresente no âmbito das Ciências Sociais e Humanas, a teoria dos enquadramentos debruça-se sobre as relações cognitivas entre os indivíduos e a informação, a organização de mensagens e a sua influência em pensamentos e acções subsequentes. Não obstante as várias pesquisas desenvolvidas com o intuito de clarificar a interacção entre os vértices deste triângulo (Fiske e Taylor, 1991; Gamson, 1992; Goffman, 1974; Tuchman, 1978), a ideia de “enquadramento” (*framing*) permanece um exemplo do que Entman (1993: 51) classifica como “paradigma fracturado”.

No seu trabalho seminal, *Frame Analysis*, Erving Goffman (1974) utiliza o termo para designar os elementos básicos identificados na definição de uma situação, “construídos de acordo com princípios de organização que regulam os acontecimentos – pelo menos, os sociais – e o nosso envolvimento subjectivo nestes” (Goffman, 1974: 10-11). Neste contexto, as “estruturas primárias” (*primary frameworks*) emergem como uma das ferramentas essenciais para que os receptores consigam “localizar, perceber, identificar e rotular” ocorrências concretas (Goffman, 1974: 21). Indo mais longe, esta noção deve ser compreendida à luz de outro conceito central, o de “chave” (*key*), entendido como um “conjunto de convenções” destinado à descodificação de uma actividade mediante um “processo de transcrição” (*keying*) que, devido à natureza múltipla e complexa da realidade social, opera em diferentes “camadas” (*layers* ou *laminations*) (Goffman, 1974: 43-44 e 82).

Partindo desta tipologia de Goffman, parece-nos legítimo destacar uma “chave” que se afigura particularmente relevante no âmbito do presente estudo, pelo facto de lidar com uma audiência ou uma comunidade de leitores: a noção de “guiões dramáticos” (*dramatic scriptings*). Incluindo “todas as fatias de experiências pessoais representadas” oferecidas ao público através dos media, este conceito fornece “um guião que reúne actos sociais sem guião e, portanto, uma fonte de pistas abrangentes” sobre a sua estrutura (Goffman, 1974: 53). Esperamos que uma análise da cobertura mediática dos referendos ao TCE nos possa igualmente fornecer algumas dessas pistas, capazes de pôr em evidência a construção discursiva destes momentos colectivos, bem como as conexões estabelecidas entre as esferas nacional e europeia.

O estudo dos enquadramentos nas notícias, quer direccionado para acontecimentos ou problemáticas específicas (Norris, 1995; Silveirinha, 2007), quer para perspectivas comparadas

(Neuman *et al*, 1992; Semetko e Valkenburg, 2000), tem conhecido avanços significativos. Porém, no que se refere aos tópicos europeus, está longe de constituir um campo de investigação largamente explorado. Os poucos trabalhos que analisam o modo como a Europa aparece representada nos media focam assuntos ligados à identidade, como o apoio à UE (De Vreese e Boomgaarden, 2003), o lançamento do euro (De Vreese *et al*, 2001; Firmstone, 2003; Silveirinha, 2007) ou as campanhas políticas em referendos europeus (De Vreese e Semetko, 2004).

A relevância da teoria dos enquadramentos no contexto dos estudos dos media será mais fácil de perceber se adoptarmos uma perspectiva construtivista (Simon, 2000: 366-367). Na senda desta opção terminológica, o conceito de *frame* assume-se, mais do que como um dispositivo discursivo ou mental subjacente à organização de vivências, como um instrumento que enforma o significado de actos comunicativos particulares. Funcionando como um “pacote de informação” (Gamson e Modigliani, 1987: 143), não representa “somente um argumento isolado ou posição sobre um assunto”, mas antes “uma construção coerente de um tema” (Nelson e Kinder, 1996; Pan e Kosicki, 1993). Esta potencialidade faz-se sobretudo sentir no caso de ocorrências políticas com uma natureza intrinsecamente multidimensional (Callaghan, 2001: 185).

Numa tentativa de dissecar as potencialidades dos enquadramentos na criação de tópicos com significado, Entman sublinha que num texto comunicativo estes “envolvem essencialmente *selecção* e *saliência*”, de modo “a promover uma definição de um problema particular, uma interpretação causal, uma avaliação moral e um tratamento/recomendação” (Entman, 1993: 52). Procuraremos, de seguida, corroborar este esquema empiricamente, através de exemplos retirados do nosso corpus de análise, com base no modelo adoptado noutros estudos sobre a cobertura de assuntos europeus nos media (Silveirinha, 2007). Cumpre-nos, a este ponto, sublinhar que ao nível textual este potencial é preenchido com o uso de palavras-chave, expressões idiomáticas, estereótipos, fontes de informação e símbolos culturais que mentalmente conotam e reforçam um conjunto de factos, e cuja descodificação depende, em larga medida, dos sistemas de crença, experiências e visões dos receptores (Entman, 1993: 52-53).

Neste sentido, os enquadramentos estão profundamente ligados aos imaginários, aos modelos culturais e, conseqüentemente, a questões como as da identidade e da pertença. Afinal, a noção de “imaginários sociais”, tal como é entendida por Castoriadis (1987) e Taylor (2004), não descreve mais do que molduras através das quais os indivíduos imaginam o ambiente social circundante. Parece-nos que a Europa, realidade em permanente construção, acaba por ser “uma dessas formas sócio-cognitivas” (Delanty e Rumford, 2005: 16). O Velho Continente será, talvez, a expressão máxima do “caleidoscópio de realidades potenciais” de que fala Edelman (1993: 232), numa metáfora destinada a sublinhar a complexidade do mundo social”.

Muitas questões permanecem, no entanto, em aberto: como é que os media enquadram a questão dos referendos? Que ideia de Europa emerge da cobertura e como se articula com esferas de pertença nacionais? E até que ponto as prioridades nacionais influenciam as notícias? Chegados a este ponto, analisaremos as representações imaginadas da Europa na cobertura dos referendos ao TCE.

4. Percepções da Europa no debate constitucional

A temática da Constituição Europeia possui particular relevância no âmbito do estudo dos imaginários, pelo facto de aliar a uma dimensão legal e institucional um evidente carácter político e simbólico. Mais do que um grupo de normas às quais se espera que os europeus obedeçam, o novo Tratado inclui-se na supracitada categoria de marcadores simbólicos, destinados a conferir coerência a um espaço imaginado repleto de contradições. A aprovação de um documento desta natureza

seria, pois, uma condição *sine qua non* da ideia habermasiana de “patriotismo constitucional” (Habermas, 1998, 2001). O conceito reporta-se ao conteúdo normativo de uma forma de identidade pós-nacional que, ancorada às regras de uma Constituição e não à história, nação ou território, poderia originar uma nova lealdade e até um *demos* europeu.

Assim, optámos por concentrar a nossa atenção no período dos referendos, um momento particular no qual esta dimensão identitária foi negociada e discutida por uma miríade de actores sociais. Inseridos em diferentes esferas de pertença, todos exerceram a sua influência e poder na construção da Europa. Neste sentido, estas consultas populares devem ser analisadas à luz da sua estrutura primária, a integração europeia, com todas as diferentes camadas de identidade implicadas neste espaço imaginado.

4.1 Definição da amostra

A nossa amostra foca a cobertura dos referendos espanhol, francês e holandês em quatro jornais nacionais: *El País* (EP, Espanha), *Le Monde* (LM, França), *Público* (Pub, Portugal) e *The Guardian* (TG, Reino Unido). Esta escolha obedeceu a três critérios: primeiro, a nossa opção pela imprensa relaciona-se com o pressuposto teórico de que os jornais, opondo-se ao carácter fragmentado da informação televisiva, fixam agendas a longo-prazo (e.g. Eichhorn, 1996: 38), prestando-se a uma análise mais completa. Segundo, as publicações inscritas na categoria de “jornais de referência”, que por natureza versam sobre problemáticas políticas, desenvolveram capacidades organizacionais particulares para cobrir temas europeus (Meyer, 2002; Trenz, 2002, 2004). Por último, os jornais seleccionados provêm de quatro países que diferem em termos de tamanho, atitude, expectativas e receios face à Europa, o que favorece uma abordagem comparativa altamente relevante para o estudo das identidades “multinível”.

Adoptando a estória noticiosa como unidade de análise, seleccionámos todos os artigos publicados nas duas semanas que antecederam e nos três dias que se seguiram aos escrutínios. Esta amostra facultou-nos somente uma visão representativa da campanha e das reacções iniciais – logo, mais emotivas – aos resultados. O material estudado divide-se em dois grandes períodos: a “Fase Espanhola” (de 5 a 23 de Fevereiro de 2005) e a “Fase Franco-Holandesa” (de 14 de Maio a 4 de Junho de 2005).

De acordo com esta divisão, classificámos o *El País* na “Fase Espanhola” (FE) e o *Le Monde* na “Fase Franco-Holandesa” (FF) como “jornais actores”, pois os referendos representaram uma questão nacional para estas publicações. Do mesmo modo, incluímos o *Público*, o *The Guardian*, o *El País* na FF e o *Le Monde* na FE na categoria de “jornais observadores”. Como veremos, não se trata aqui de uma simples delimitação temporal, mas de “rótulos” que se traduzem em traços jornalísticos distintos.

4.2 Em busca da Europa: secções noticiosas

Um vasto leque de pesquisas (e.g. De Vreese *et al*, 2001, 2003; Machill *et al*, 2006) chegou à conclusão de que a cobertura mediática de assuntos europeus tende a crescer – por vezes, exponencialmente – durante determinados eventos, como Cimeiras ou eleições europeias¹. Nessas ocasiões, o número de notícias aumenta de forma significativa nos dias que antecedem o acontecimento, mas diminui de imediato assim que o período de rotina for restaurado. O trabalho dos media sobre os referendos à Constituição seguiu claramente este padrão: embora o nosso estudo se debruçasse, por si só, sobre um acontecimento pontual e bem localizado, o esquema “subida-descida” tornou-se claramente perceptível mesmo neste curto intervalo de tempo. A expressão mais

¹ Vide a distinção entre “período de evento” e “período de rotina” (de Vreese *et al*, 2001: 111).

efectiva desta tendência no material noticioso seleccionado prendeu-se com a introdução de secções especiais, que sublinham a noticiabilidade dos referendos – especialmente se tivermos em conta que, como nota Kevin (2003: 61), as notícias sobre a Europa aparecem normalmente dispersas pelas publicações.

Enquanto “jornais actores”, o *El País* e o *Le Monde* enquadraram o tema nas novas secções “Référéndum europeo” e “Le référéndum du 29 Mai”, ambas inseridas em estruturas já existentes: “Espanha” e “Union Européenne”, respectivamente. Os “jornais observadores” também dedicaram algumas páginas a este assunto, mas apenas no dia que antecedeu e se sucedeu à votação, sendo que a maioria dos artigos foram apresentados como “notícias do mundo/internacionais”. Enquadrando o posicionamento das notícias como um indicador fiel do modo como a Europa é codificada enquanto causa nacional ou estrangeira, os nossos dados demonstraram, por um lado, as “muitas Europas” com impacto nas agendas jornalísticas (Kevin, 2003: 61) e, por outro, o papel ainda desempenhado pela nação enquanto foco primário das identidades.

A ausência de uma secção particular chamada “Europa” vai ao encontro desta conclusão. Mesmo a página híbrida² “Union Européenne” do *Le Monde* perdeu terreno após a divulgação dos resultados em França, altura em que a maioria das notícias foi transferida para a secção “França”, adoptando títulos de orientação nacional, como “Crise em França” (LM 31.05.05), “França após o não” (LM 01.06.05), “Governo” (LM 01.06.05) e “Novo Governo” (LM 02.06.05). Portanto, apesar do esforço de criar uma esfera de debate sobre a Europa durante a campanha, esse facto não impediu que a cobertura se “nacionalizasse”. Em última análise, a questão do posicionamento das notícias é tanto mais importante quanto é certo que as secções dos jornais, mais do que uma mera organização de textos mediáticos, se assumem como divisões semânticas nas quais as notícias aparecem imbuídas de significados específicos que cabe aos receptores decodificar. Já que os enquadramentos estão intimamente ligados à produção de sentido, analisar o modo como estruturaram as notícias sobre os referendos abriu caminho a um melhor entendimento destes momentos sociais de experiência colectiva.

4.3 Enquadramento dos referendos à Constituição Europeia

Após uma abordagem geral às secções dos jornais, analisemos o conteúdo das notícias, aplicando à cobertura das nossas publicações (nos dois períodos FE e FF) o modelo de enquadramentos proposto por Entman. Sem perder de vista o processo de construção europeia como o pano de fundo para o processo de ratificação, esperamos que este trabalho deixe entrever o modo como a imprensa estruturou os referendos como os guiões de actos sociais sem guião *goffmanianos* (cf. Goffman, 1974).

4.3.1 Definição do Problema

Em termos jornalísticos, o referendo espanhol – a primeira das consultas realizadas – foi valorizado devido à sua novidade. Contudo, mereceu pouco destaque quando comparado com o escrutínio em França, pois traduziu somente um momento de celebração cujo resultado final já era conhecido com antecedência. As notícias sublinharam a concordância geral pelo “sim”, quer pela presença de frases como “existe total consenso entre as forças políticas” (LM 19.02.05), quer através de construções mais complexas como “Apenas 5,7% dos eleitores dizem que vão votar não” (EP 11.02.05), enfatizando que só uma minoria se opunha à Constituição. Assim, as semelhanças

² A página “Union Européenne” do *Le Monde* representa mais do que uma secção “especial”, uma vez que é publicada sempre que existam notícias relevantes sobre a UE em geral, mas menos do que uma estrutura “fixa”, pois não aparece numa base diária. Situada numa espécie de nível intermédio entre as secções “França” e “Internacional”, parece incorporar as fragilidades e o carácter vago e difuso da própria identidade europeia.

significativas nas descrições do cenário espanhol (“maioria esmagadora”, LM 22.02.05; “sim esmagador”, EP 22.02.05; ou “os eleitores aprovaram o documento de forma esmagadora”, TG 21.02.05) demonstraram a adesão jornalística ao que Daniel Hallin (1986) designou por “esfera do consenso”. Indo mais longe, ilustraram o “consenso permissivo” face à UE, apontado por Trenz (2004: 18) como um traço significativo da cobertura da imprensa europeia de referência.

Os problemas foram identificados na FF, altura em que as opiniões públicas francesa e holandesa estavam fortemente divididas e argumentaram de forma emotiva a favor e contra o Tratado ao longo das campanhas. De facto, as publicações deixaram de preconizar valores ou afirmações partilhadas sobre uma Europa imaginada, substituindo o discurso consensual pela tentativa de facultar uma perspectiva objectiva e equilibrada de ambos os lados do debate. Nesta “esfera de controvérsia legítima” (Hallin, 1986), localizada numa “camada” nacional de identidade, enfatizaram-se os pontos de vista opostos dos actores políticos, não de uma forma puramente maniqueísta (“sim” ou “não” à Constituição), mas acrescentando uma dimensão ideológica a estas posições. Neologismos como “non de gauche” (“não de esquerda”) ou “oui de gauche” (sim de esquerda), entre muitas outros, tornaram-se no código lexical da campanha em França, especialmente no *Le Monde* que, como “jornal actor”, demarcou estas comunidades imaginadas de forma especialmente exhaustiva.

A construção destas significações fundou-se no uso de enunciados metafóricos. Uma das “metáforas convencionais” – porque enraizadas nos sistemas conceptuais e estruturação da experiência de cada um (Lakoff e Johnson, 1980) – que melhor exprime a discussão e argumentação na nossa cultura é a de guerra. Arenas políticas de controvérsia e posições distintas, os referendos francês e holandês tornaram-se momentos privilegiados para explorar discursos bélicos, como a cobertura dos jornais claramente reflecte. Com efeito, os conflitos no Partido Socialista Francês foram descritos como “guerra civil” (EP 19.05.05), uma “batalha campal” (Pub 29.05.05) ou uma “luta” (LM 29.05.05), tendo como protagonistas figuras políticas célebres: Jacques Chirac desempenhou o papel de “líder em tempo de guerra” (EP 01.06.05), Dominique de Villepin e Nicholas Sarkozy representaram “dois inimigos no mesmo barco” (EP 01.06.05) e Jean Pierre-Raffarin foi rotulado como “Primeiro-ministro em guerra” (EP 04.06.05). Possibilitando e reforçando a vertente narrativa das histórias noticiosas (Meunier, 1995: 233) em todas as suas vitórias, derrotas, acções e personagens, o poder de encenação das metáforas funcionou como uma das principais componentes para perceber o “guião” destes referendos dramáticos e controversos.

4.3.2 Interpretação causal

É certo que as publicações em análise apresentaram uma abordagem consensual do referendo em Espanha, enquanto momento de celebração. Pese embora as várias semelhanças editoriais, pudemos constatar a existência de algumas diferenças no discurso concernente às causas do “sim” em cada um dos jornais. O “actor” *El País* exaltou a aprovação do documento como uma missão histórica dos espanhóis, afirmando que “A população espanhola vai escrever com os seus votos o seu próprio capítulo [da História europeia] (EP 18.02.05), tornando-se o primeiro [povo] que deseja abrir caminho, construir um exemplo para a Europa” (EP 15.02.05). A par destas frases, que fixaram as fronteiras de Espanha e da Europa como comunidades imaginadas, encontrámos outros enunciados onde as duas esferas de pertença aparentemente se fundiram. Por exemplo, na afirmação “o texto sobre o qual nós, os espanhóis, nos vamos pronunciar, não resolve por si os problemas com que nós, os europeus, temos de lidar” (EP 13.02.05), o sujeito “nós” parece acumular a qualidade de “espanhol” e “europeu” (atente-se no uso da mesma forma verbal). O “bolo mármore” de Risse encontrou aqui poderosas configurações textuais e discursivas.

Nos “jornais observadores”, assistiu-se à substituição deste discurso simbólico por argumentos pragmáticos e materiais, que sublinharam o dever espanhol de dizer “sim” como resultado directo do apoio económico facultado pela UE ao país, um “parente pobre” (LM 19.02.05) que desde 1986 se tem aproveitado do “maná de Bruxelas” (LM 19.02.05). O *Público* e o *The Guardian* referiram até o montante dos fundos: a publicação portuguesa apresentou uma tabela sob o título “os números do bom caminho” (Pub 06.02.05), enquanto o jornal britânico, de forma algo irónica, explicou o motivo pelo qual os agricultores espanhóis iriam votar “sim”: “Filas de oliveiras impecavelmente tratadas estendem-se até onde a vista alcança em direcção a Granada – todas subsidiadas pela ajuda anual da UE de mil milhões de libras” (TG 18.02.05). Assim, na ausência de problemas concretos durante a FE, o *El País* enquadrava a questão como um momento de intensa mistura entre os níveis de identidade espanhol e europeu, enquanto os outros jornais, não obstante o seu discurso laudatório sobre a UE, encaram a população de Espanha como um “outro” no seio da Europa como estrutura primária.

Já durante as controversas campanhas francesa e holandesa, as publicações apontaram causas específicas para explicar os “não”. Questões como as do desemprego, da adesão turca, da Directiva Bolkestein e da mão-de-obra de Leste (em França), bem como do medo da imigração, associado à insatisfação com a Europa (na Holanda), representaram tópicos recorrentes nas quatro publicações. O *Le Monde* atingiu, neste período, o grau máximo de nacionalização, conforme verificámos no título “Soberania, Deslocalização: a convergência do ‘não’” (LM 26.05.05), que estabeleceu uma relação gramatical de “causa-efeito” entre dois elementos percebidos como uma ameaça nacional (“soberania” e “deslocalização”) e o sentido de voto (“não”).

Por conseguinte, ao contrário do que ocorrera durante o referendo espanhol, a esfera europeia de pertença desempenhou um papel secundário na análise causal da FF, na qual os países se mostraram exclusivamente preocupados com os seus horizontes de medos e pretensões. Isto transpareceu de forma evidente no destaque concedido pelo *El País* (EP 31.05.05) e *Público* (Pub 02.06.05, 03.06.05) às negociações relativas às perspectivas financeiras da UE para 2007-2013 após o “não” francês, o que se explica facilmente se tivermos em conta a dependência histórica dos países ibéricos, sobretudo de Portugal, face ao apoio económico da Comunidade. Seguindo o mesmo padrão de nacionalização, o *The Guardian* introduziu um tópico ausente nos jornais espanhol e português: a tradicional oposição entre as visões francesa e britânica sobre a integração europeia. Franceses e ingleses emergem como “incompatíveis” (TG 26.05.05), fruto dos seus “olhos diferentes” (TG 26.05.05), e os franceses (ou seja, eles) “opõem-se ao Tratado já que o consideram um triunfo dos princípios anglo-saxónicos de comércio livre” (TG 19.05.05) ou “um cavalo de Tróia anglo-saxónico” (TG 23.05.05). Mais: esta publicação não se limitou a exprimir estas perspectivas contrastantes através de frases meramente descritivas ou informativas. Pelo contrário, adoptou uma posição concreta, referindo-se a uma “união (...) onde um inglês triunfou sobre ‘la langue de Molière’” (TG 23.05.05) e na qual uma França, “agonizada e infeliz” (TG 31.05.05), “atingida por um sentido de depressão e declínio” (TG 25.05.05), atravessando uma “crise de identidade” (TG 24.05.05) e recusando-se a “crescer” mediante uma “política de Peter Pan” (TG 31.05.05), precisa de “se adaptar ao mundo moderno e globalizado” (TG 28.05.05), isto é, ao mundo britânico (nós).

4.3.3 Avaliação moral

Tanto na FE como na FF, a noção de “Constituição Europeia” confundiu-se com a ideia de Europa: em Espanha, avaliou-se o “sim” como uma vitória da UE e, após a recusa francesa e holandesa, tornou-se implícito que não só o TCE estava em risco, mas a própria integração europeia. Durante a campanha espanhola, conseguiu-se um sentido de consenso sobretudo através de metáforas de caminho (Lakoff e Johnson, 1980: 90), que sublinharam o resultado positivo como “um

rumo europeu em direcção à consolidação de uma realidade política unida” (EP 07.02.05), “um percurso para a Europa, que é um processo, uma construção” (EP 14.02.05) ou um “grande passo simbólico” (LM 22.02.05). Apenas o *The Guardian* contrabalançou esta “camada europeia de identidade” com preocupações nacionais, afirmando que “O veredicto em Espanha é uma boa notícia (...). Se as pessoas estão apáticas na Andaluzia e desinteressadas em Toledo, que esperança para Yorkshire ou Aberdeen?” (TG 21.02.05). Isto reitera as conclusões teóricas de diversos estudos sobre os media britânicos, de acordo com os quais o Reino Unido representa um caso especial em relação aos tópicos da UE (Machill, 2006: 71) e o *The Guardian*, apesar de se distinguir das vozes eurocéticas do *Telegraph*, *The Times* ou do *Sun*, não apresenta “um discurso pró-europeu sem reservas” (Anderson e Weymouth, 1999: 111).

No FF, a dimensão dramática do “chumbo” do Tratado foi colocada em evidência através da personificação da Europa, quer antes de os resultados se terem tornado públicos – “Europa entre a espada e a parede” (TG 23.05.05); “Europa sustém respiração” (LM 29.05.05); “Europa em suspenso” (Pub 29.05.05) – quer após o primeiro “não” – “O sonho destruído da Europa” (TG 30.05.05); “Europa sem rumo na tempestade” (Pub 31.05.05); “Europa desestabilizada” (LM 31.05.05). Além disso, desenvolveu-se um discurso laudatório consensual sobre a importância do projecto europeu, descrito como “baluarte contra o fascismo” (TG 23.05.05) ou um “horizonte de esperança, cooperação, paz, resistência económica, sobrevivência social e reforço de valores civilizacionais” (Pub 03.06.05). A relevância e dinâmica da Europa contrasta de forma aguda com o período de “Euronilismo” (EP 01.06.05) no qual a “[Constituição] morta se apoderou da [Europa] que vivia, e 50 anos de integração europeia foram deitados fora” (EP 01.06.05). De facto, a semântica de morte assumiu-se como um dos traços recorrentes da avaliação moral que os media fazem deste período, em que se descreveu o projecto constitucional como “morto e enterrado” (EP 25.05.05; Pub 03.06.05; LB 02.06.05; TG 23.05.05).

Outra oposição significativa relaciona-se com a rejeição do Tratado no contexto de dois países tradicionalmente europeístas. Neste sentido, França desempenhou o papel principal do drama, na qualidade de “membro fundador” (TG 18.05.05), “força motriz da integração europeia desde 1967” (TG 23.05.05), “terra dos Direitos Humanos” (EP 01.06.05), “país do Iluminismo e da Grande Revolução” (EP 01.06.05), bem como da “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” (EP 01.06.05). É interessante notar que estes valores não foram referidos em função do passado gálico; pelo contrário, a sua presença no contexto de notícias sobre a Europa lembra-nos daquilo a que Trenz (2004: 10) chamou o “consenso pós-revolucionário da modernidade europeia”: uma vez que a Europa nunca experienciou a sua própria revolução, tem de “pedir emprestados” os ideais das revoluções francesa ou americana”. Os apelos do *The Guardian* e do *El País* pelo “sim” – “Votez oui, malgré tout” (TG 26.05.05), “Oui, s’il vous plait” (EP 28.05.05) – intencionalmente escritos em francês, funcionaram como uma referência tácita aos valores incorporados na linguagem, um dos mais genuínos marcadores simbólicos da identidade de um povo. A mesma lógica se aplica ao pedido dirigido pela publicação espanhola, em editorial, “Mariana, diz que sim” (EP 23.05.05) o qual, evocando um dos ícones da República de França, reforçou um conjunto de factos específicos (cf. Entman, 1993) – a componente axiológica do sistema político francês desde o primeiro momento – que os receptores iriam associar ao Tratado constitucional.

Conclusão

A Europa em geral e a UE em particular são tão difíceis de imaginar como de definir, especialmente no que toca à sua representação nos media. Parafraseando Jacques Delors, que em tempos descreveu o projecto europeu como um OPNI (Objecto Político Não Identificado),

consideramos que o epíteto OJNI (Objecto Jornalístico Não Identificado) não seria menos apropriado: localizado algures entre a dimensão “nacional” e “internacional”, o volátil enquadramento da Europa nas secções noticiosas espelha os limites conceptuais da própria identidade europeia.

Foi precisamente à luz destas distintas esferas de pertença que procurámos analisar a cobertura mediática dos referendos. O suporte metodológico fornecido pela teoria dos enquadramentos, particularmente adequada ao estudo dos imaginários e das identidades sociais, permitiu-nos desvendar possíveis relações entre essas esferas em dois períodos distintos. Em geral, podemos concluir que os jornais codificaram a FE como um “guião dramático de celebração”, tornado evidente por um discurso pró-europeu padronizado, profundamente enraizado numa “camada” europeia de identidade, e que fez corresponder a vitória do “sim” ao triunfo da Europa. Isto não invalidou, contudo, que as publicações explicassem as causas por detrás do voto espanhol com argumentos de cariz nacional.

A FF, pelo contrário, construiu-se sobre um guião de conflito e controvérsia, transposto para as notícias através de uma semântica de guerra, imbuída de um nível nacional de identidade. Deve notar-se, todavia, que após a divulgação dos resultados em França e na Holanda a luta entre os opositores foi substituída por um discurso unânime sobre a relevância da Europa como um projecto colectivo que era urgente salvar.

Deste modo, a cobertura noticiosa dos referendos evoluiu ao longo de um caminho de “Consenso (celebração) – Controvérsia (oposição) – Consenso (salvação)”, no qual as identidades se misturaram e fundiram umas nas outras, deixando entrever o modelo do “bolo mármore”. No entanto, explorando a metáfora de Risse, julgamos que a “massa” do bolo não se distribuiu de forma equitativa ao longo das campanhas: se os períodos de consenso favoreceram uma “camada” europeia de identidade, as situações de controvérsia conduziram à emergência de prioridades nacionais. As identidades múltiplas foram, pois, negociadas de forma permanente e *in dubio... pro natio*.

Referências Bibliográficas

- Anderson, B. (1991), *Imagined Communities*, New York: Verso
- Anderson, J. e Weymouth, A. (1999), *Insulting the public? The British Press and the European Union*, London: Longman
- Barreno, I. (2000) *Um imaginário europeu*, Lisboa: Caminho
- Bauman, Z. (2003), *Liquid Love*, Cambridge: Polity Press
- Breakwell, G. (2004), “Identity Change in the Context of the Growing Influence of European Union Institutions”. In Herrmann, R., Risse, T. e Brewer, M. [eds.], *Transnational Identities. Becoming European in the EU*, Lanham: Rowman and Battlefield Publishers
- Brubaker, R. e Cooper, F. (2000), “Beyond Identity”. *Theory and Society*, 29: 1-47
- Callaghan, K. e Schnell, F. (2001), “Assessing the Democratic Debate: How the News Media Frame Elite Policy Discourse”. *Political Communication*, 18:183-212
- Castoriadis, C. (1987), *The Imaginary Institution of Society*, Cambridge: Polity Press
- Delanty, G. (2000), *Citizenship in a global age: Society, culture, politics*, Buckingham: Open University Press
- Delanty, G. (1995), *Inventing Europe: Idea, Identity, Reality*, London: Palgrave macmillan
- Delanty, G. e Rumford, C. (2005), *Rethinking Europe: Social theory and the implications of Europeanization*, London: Routledge

- De Grazia, V. (2001). "Americanization and Europeanization". *European Studies Newsletter* 30 (5/6): 1-3.
- De Vreese, C.H. e Boomgaarden, H. (2003), "Valenced News Frames and Public Support for the EU: Linking Content Analysis and Experimental Data". *Communications* 3(4): 361-381
- De Vreese, C.H., Peter, J. e Semetko, H. (2001), "Framing Politics at the Launch of the Euro: A Cross-National Comparative Study of Frames in the News". *Political Communication*, 18(2): 107-22
- De Vreese, C.H. e Semetko, H. (2004), *Political Campaigning in Referendums: Framing the Referendum Issue*, London: Routledge
- EC (European Commission) (2001), *How Europeans see Themselves: Looking through the mirror with public opinion surveys*, Luxembourg: Office for Official Publications of the European Communities
- EC (European Commission) (2002), *Standard Eurobarometer 57*. Spring 2002 – EU15 Report, Brussels: October
- Edelman, M. (1993), "Contestable categories and public opinion". *Political Communication*, 10(3): 231-242
- Eichhorn, W. (1996), *Agenda-Setting Prozesse. Eine theoretische Analyse individueller und gesellschaftlicher Themenstrukturierung*, Munich: Fischer
- Entman, R. (1993), "Framing: Toward Clarification of a Fractured Paradigm." *Journal of Communication* 43 (4): 51-8
- Firmstone, J. (2003), "Britain in the Euro?": British newspaper editorial coverage of the introduction of the Euro", EurPolCom Working Paper Series, Issue 5/03
- Fiske, S. e Taylor, S. (1991), *Social cognition*, New York: McGraw-Hill
- Gamson, A. (1992), *Talking politics*, Cambridge: Cambridge University Press
- Gamson, W. e Modigliani, A. (1987), "The Changing Culture of Affirmative Action". In Braungart, R. e Braungart, M. [eds.], *Research in Political Sociology*, Vol. 3. Greenwich, CT: JAI Press
- Giddens, A. (1991), *Modernity and Self-Identity. Self and Society in the Late Modern Age*, Cambridge: Polity Press
- Giesen, B. (1999), "Collective Identity and Citizenship in Germany and France". In Eder, K. e Giesen, B. [eds.], *European Citizenship and the National Legacies*, Oxford: Oxford University Press
- Giesen, B. (2002), "The Ritual Construction of a European Identity, Europe Transformed? The European Union and Collective Identity Change". Paper presented in the ARENA/IDNET International Policy Conference "Europe Transformed? The European Union and Collective Identity Change", 11th October 2002, University of Oslo
- Goffman, E. (1974), *Frame analysis*. New York: Harper & Row
- Habermas, J. (1998), *The Inclusion of the Other: Studies in Political Theory*, Cambridge, MA: MIT Press
- Habermas, J. (2001), "Why Europe needs a constitution". *New Left Review*, 11 (Sept/Oct): 5-26
- Hallin, D. (1986), *The "Uncensored War": The Media and Vietnam*, New York: Oxford University Press
- Herrmann, R., Risse, T. e Brewer, M. [eds.] (2004), *Transnational Identities: Becoming European in the EU*, New York: Rowman and Littlefield
- Imig, D. e Tarrow, S. (2001), *Contentious Europeans: Protest and Politics in an Emerging Polity*, Lanham, MD: Rowman and Littlefield
- Jenkins, B. e Sofos, S. [eds.] (1996), *Nation and Identity in Contemporary Europe*, London: Routledge

- Kevin, D. (2003), *Europe in the media: A comparison of reporting, representation, and rhetoric in national media systems in Europe*. Mahwah, New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates
- Koopmans, R. e Statham, P. (2000), *Challenging Immigration and Ethnic Relations Politics: Comparative European Perspectives*, Oxford: Oxford University Press
- Kumar, K. (2003), "Britain, England and Europe: Cultures in Contraflow. *European Journal of Social Theory*". 6: 5-23
- Lakoff, G. e Johnson, M. (1980), *Metaphors We Live By*, Chicago: University Chicago Press
- Machill, M., Beiler, M. e Fischer, C. (2006), "Europe-topics in Europe's media. The debate about the European public sphere: a meta-analysis of media content analyses". *European Journal of Communication*, 21(1): 57-88
- Meunier, J. (1995), "Metáforas do jornalismo político". *Revista de Comunicação e Linguagens*, 21/22 (Janeiro/Dezembro): 223-235
- Meyer, C. (2002), *Europäische Öffentlichkeit als Kontrollsphäre: Die Europäische Kommission, die Medien und politische Verantwortung*, Berlin: Vistas
- Morley, D. e Robins, K. (2000), *Spaces of identity: global media, electronic landscapes and cultural boundaries*, London: Routledge
- Nelson, T. e Kinder, D. (1996), "Issue Frames and Group-Centrism in American Public Opinion". *Journal of Politics*, 58(4): 1055-1078
- Neuman, W., Russell, J., Marion, R. e Crigler, A. (1992), *Common knowledge: news and the construction of political meaning*, Chicago, University of Chicago Press
- Norris, P. (1995), "The restless searchlight: Network news framing of the post-cold war". *Political Communication*, 12: 357-370
- Pan, Z. e Kosicki, G. (1993), "Framing Analysis: An Approach to News Discourse". *Political Communication*, 10(1): 55-75
- Risse, T. (2002), "The Euro and Identity Politics in Europe". Paper presented at the conference The Year of the Euro, Nanovic Institute for European Studies, 6-8th December 2002, University of Notre Dame
- Risse, T. (2003), "An emerging European identity? What we know, and how to make sense of it". Lecture delivered at the University of Helsinki, April 25
- Schlesinger, P. (1994), "Europe a new battlefield?". In Hutchinson, J. e Smith, A. [eds.], *Nationalism*, Oxford: Oxford University Press
- Schöpflin, G. (1995), "Nationalism and Ethnicity in Europe, East and West". In Kupchan, C. [ed.], *Nationalism and Nationalities in the New Europe*: 37-65
- Schlesinger, P. (1997), "Wishful thinking: cultural politics, media, and collective identities in Europe". In Srebeny-Mohammadi, W. e Mickenna, B. [eds.], *Media in Global context: a Reader*, London: Arnold: 67-77
- Semetko, H. e Valkenburg, P. (2000), "Framing European politics: A content analysis of press and television news". *Journal of Communication*, 50(2): 93-109
- Silveirinha, M. (2007), "Organizing experience: The Launch of the European currency in the Portuguese press", *South European Societies & Politics*, Vol. 12(1): 23-38
- Smith, A. (1995), *Nations and Nationalism in a Global Era*, Cambridge: Polity Press
- Taylor, C. (2004), *Modern Social Imaginaries*, Durham, NC: Duke University Press

- Trenz, H. (2004), "Media coverage on European governance. Testing the performance of national newspapers". *European Journal of Communication*, 19/3: 291-319
- Trenz, H. (2002), *Zur Konstitution politischer Öffentlichkeit in der Europäischen Union. Zivilgesellschaftliche Subpolitik oder schaupolitische Inszenierung?*, Baden-Baden: Nomos
- Tuchman, G. (1980), *Making news: a study in the construction of reality*, New York: The Free Press
- Vasconcelos, A. (1999), *Valores da Europa: identidade e legitimidade*, Cascais: Principia